



DETERMINISMO E FATALIDADE

Para os Espíritos Superiores não existe determinismo. “(...) A fatalidade existe unicamente pela escolha que o Espírito fez, ao encarnar, desta ou daquela prova para sofrer. Escolhendo-a, instituiu para si uma espécie de destino, que é a consequência mesma da posição em que vem a achar-se colocado. Falo das provas físicas, pois, pelo que toca às provas morais e às tentações, o Espírito, conservando o livre-arbítrio quanto ao bem e ao mal, é sempre senhor de ceder ou de resistir. (...)” (01)

Mesmo para as pessoas que pareçam ser perseguidas por um fatalismo marcante, as causas, se não estão na vida presente, têm origem no passado, em existências anteriores.

É importante, porém, que não se confunda determinismo com fatalidade. Determinismo é um sistema filosófico que nega ao homem o direito de agir livremente, de acordo com sua vontade.

“(...) Este sistema tem a representá-lo atualmente os positivistas e os materialistas de todas as escolas; mas é curioso notar-se que a sua origem se encontra na escolástica religiosa, que subordinava rigorosamente à influência da Providência divina a determinação da vontade... Mas, o determinismo materialista, como o determinismo religioso, negando o livre-arbítrio, suprime (...) a responsabilidade. (...)” (03)

A ideologia do determinismo vem de longe. “(...) Na antiga mitologia grega, encontramos a concepção das Parcas: criaturas que teciam a teia do destino, na qual era colhida a espécie humana, sem que esta dela se pudesse libertar. (...)” (05)

Para os primeiros pensadores gregos, o destino das pessoas estava intimamente ligado à “(...) crença no poder absoluto das forças do universo. O destino do homem achava-se determinado por elas; conquanto não se sinta talvez satisfeito com isso, vê-se impotente ante elas. Deve obedecer-lhes. (...)” (05)

Para Pitágoras e seus adeptos, “(...) a natureza do universo é formada de maneira a determinar o destino do homem. Os segredos de sua sorte acham-se encerrados nos números; somente podem ser desvendados se se compreender seu significado. Conseqüentemente, a maneira de saber o que acontecerá ao homem, a cada um, está em compreender a linguagem dos algarismos (...)”.

Outro pensador grego da Antigüidade, “(...) Heráclito ensinou que o processo cósmico segue a determinadas leis. (...) Toda mudança, afirmou ele, está de acordo com uma lei fixa e imutável, lei que é o princípio básico do mundo. O homem está completamente sujeito a ela. Heráclito refere-se a essa lei, ou princípio, chamando-a, às vezes, destino; outras, justiça.(...) (05)

Quem primeiro procurou afastar o homem da idéia de um destino inexorável foram os filósofos gregos chamados sofistas. Segundo eles, “(...) O homem, medida de todas as coisas, não podia ficar inteiramente preso a um processo ou a leis de que não pudesse desvencilhar-se. Conquanto não fossem muito claros em sua exposição, parecia-lhes impossível que o homem não exercesse certo efeito sobre o próprio destino. (...)” (06)

Sócrates não aceitava este domínio sobre o homem. “(...) Afirmou que o conhecimento constitui sua realização suprema. Alcançando o conhecimento, o homem age com acerto, é bom. Sem o conhecimento, corre o risco de agir com desacerto. Além disso, Sócrates acreditava que o homem pode, pelo conhecimento, ter certa influência sobre seu destino na Terra e na vida futura. (...)” (06)

Platão era o defensor da liberdade. “(...) O homem pode vencer, e de fato vence, os objetivos do mundo. Embora seja uma criatura do Criador divino, pode ordenar sua vida de modo a vivê-la com espírito de justiça e sensatez. (...)” (06)

Aristóteles acreditava na liberdade do homem. “(...) Para ele, a moral não é questão de lei inevitável, porém de livre escolha. (...) Temos liberdade de fazer o que é bom ou o que é mau. (...)” (06)

Outros filósofos gregos que surgiram posteriormente acreditavam ou não no determinismo. Epicuro e os epicuristas não se inclinavam “(...) a deixar o homem como o títere de forças inexoráveis. Afigurava-se-lhe importante o livre-arbítrio. (...) Zenão e o estóicos assumiram a outra posição extrema relativamente à liberdade humana. Para eles, o mundo é o resultado de leis fixas e imutáveis. (...)” (07)

Os pensadores gregos religiosos concebiam uma liberdade relativa para o homem. Filon acreditava que encarnação da alma no corpo constituía uma queda, uma perda parcial da liberdade que possuía antes da encarnação. Plotino também acreditava na liberdade original da alma; isto é, o corpo é uma prisão e a alma ligada ao corpo está prisioneira, não é livre. Para esse filósofo, o homem como alma, como Espírito, é livre; tal não acontece se está ligado a um corpo.

Os pensadores cristãos dos primeiros tempos do Cristianismo e os da Idade Média, sobretudo os apologistas, criam um homem basicamente livre e a sua queda advém da ligação com o corpo. Acreditavam, ainda, que no momento da sua criação a alma teria a liberdade de escolher entre o bem e o mal.

“(...) Os antigos cristãos explicavam que Deus, toda bondade e perfeição, não pode ser responsável pelo mal e pelos pecados do mundo. O homem deve, portanto, arcar com essa responsabilidade e é livre. O antigo monge cristão Pelágio doutrinava que Deus deu liberdade ao homem para que possa escolher entre o bem e o mal. Cada um faz sua própria escolha dentro do espírito do livre-arbítrio. (...)” (08)

Na Renascença, o homem da época procurou se desligar do domínio da Igreja e resolveu, por si, conhecer o mundo. Surgem, então, os primeiros cientistas. Entre eles destacamos Galileu, Kepler, Isaac Newton. Se, por um lado, “(...) libertava-se, assim, o homem da autoridade do passado e da Igreja (...) - por outro lado - “(...) para ver-se novamente escravizado a um senhor mais poderoso e mais inflexível que qualquer outro que conhecera antes. O homem, na filosofia de muitos cientistas da Renascença, passou a ser simples parte de um uni-

verso mecânico. (...)”. (09)

“(...) Francis Bacon é o protótipo do homem que desejava, ardentemente, libertar-se das tradições do passado e abordar o universo sem preconceitos religiosos ou intelectuais. (...)” (09) Para esse filósofo, o homem “(...) poderia descobrir as leis que governam o universo e determinar suas próprias ações. (...)” (09) “porém, apesar do seu desejo íntimo de se libertar da religião, Bacon deixou o homem sujeito à vontade de Deus e, com isso, destituído de liberdade. (...)” (09)

“(...) Thomas Hobbes viu os resultados insatisfatórios da doutrina sugerida por Bacon; vai mais longe ao afirmar que tudo, no universo, está sujeito a uma série de causas e efeitos puramente mecânica. Tudo, até mesmo as ações e o destino do homem - argumentou - pode ser explicado mecanicamente (...). Assim, na opinião de Hobbes, é absurdo afirmar que o homem tem livre-arbítrio. (...)” (10)

Descartes tentou conciliar as idéias de Deus interferindo no destino do homem, com as teorias mecânicas. Para ele, o Espírito é livre.

Os sucessores de Descartes, Blaise Pascal e Pierre Bayle, colocaram a liberdade no domínio da religião: o homem é livre através da experiência religiosa, e não pode provar essa liberdade pela razão.

Espinosa é totalmente determinista. Tudo no universo se encadeia. Não. existe, para esse pensador, o livre-arbítrio.

John Locke acreditava que o homem não só tem liberdade como tem vontade; e que Deus dotou o homem de certos desejos. São esses desejos que levam o homem a ter vontade. Tendo vontade, é livre para agir.

Para David Hume, o homem só é livre quando as suas ações provêm dos seu desejos, da sua vontade; mas, se ele age atendendo a uma necessidade exterior, que não seja sua, ele não é um homem livre.

Para Gottfried Wilhelm Leibnitz, deve existir uma conciliação entre a Ciência e o Cristianismo. Leibnitz era monista. O homem, afirmava, é formado de mônadas. Essas mônadas não sofrem influências exteriores, logo, o homem não recebendo influências exteriores, é livre. No entanto, interiormente, o homem é governado pela sua vontade, pelos seus desejos, por sua natureza, em suma. A vontade do homem é manifestada quando ele sabe o que quer e luta por isto. O homem não será livre se não souber o que quer.

No movimento filosófico chamado Iluminismo, destacou-se um grande propagandista: Voltaire. Pregava a doutrina do livre-arbítrio, que se aproximava de quase uma completa irresponsabilidade; mais tarde, porém, abandonou esta doutrina e optou pelo determinismo. Dizia que só era livre quando podia fazer o que queria.

Depois de Voltaire, surgiram filósofos que foram abandonando as idéias do livre-arbítrio, chegando alguns a declarar ser o homem uma máquina. Foi a época de John Toland, La Mettrie, Barão de Holbach e outros.

Foi Jean-Jacques Rousseau quem modificou a direção que as idéias dos seus antecessores estavam tomando. Rousseau desperta a idéia do sentimento. Para ele, o homem é livre; não um juguete das leis naturais, mas uma alma que luta para viver segundo a liberdade que possui.

Kant, segundo consta, foi influenciado por J. J. Rousseau. Kant aceitava o livre-arbítrio como necessário ao homem moral. O homem é um agente livre. E o homem livre cria o ato que o levará, fatalmente, à teia intrincada de causa e efeito. Nem sempre, segundo o pensamento do filósofo, se pode provar que a vontade é livre. Aceitava, porém, como os mecanistas, que não se pode provar teoricamente a existência do livre-arbítrio, mas que existe uma verdade mais elevada que a das ciências, a verdade da natureza moral do homem. E esta verdade faz o homem livre.

Para Wililam James, o fato de o homem ter a vontade de crer o torna livre. John Dewey concebeu o homem cooperando na criação do mundo. Segundo ele, os desejos e as tendências humanas são quem dirige o mundo.

Anotamos acima as principais idéias dos seguidores e dos não seguidores do determinismo. Até os dias presentes ainda encontramos esta divergência de opiniões. O certo, porém, aquilo que o Espiritismo nos ensina, é que não há um fatalismo, um determinismo que norteie a vida do homem. Se o homem é constringido a agir diferentemente do que pensa e do que quer, é porque está preso aos débitos contraídos em existências anteriores. Sem a teoria da reencarnação torna-se difícil explicar se o homem tem ou não livre-arbítrio.

(...) Subordina-se o homem a livre-arbítrio relativo e a determinismo relativo.

A reencarnação abre, com facilidade, os redutos do livre-arbítrio, exibindo-o, com simplicidade, aos estudiosos.

A palingenesia anula a idéia de que haja contradição entre livre-arbítrio e determinismo, oferecendo a ponte destinada a ligá-los entre si, de modo que se não choquem nas conjeturas do intelecto. (...)” (11)

“A questão do livre-arbítrio se pode resumir assim: o homem não é fatalmente levado ao mal; os atos que pratica não foram previamente determinados; os crimes que comete não resultam de uma sentença do destino. Ele pode, por prova e por expiação, escolher uma existência em que seja arrastado ao crime, quer pelo meio onde se ache colocado, quer pelas circunstâncias que sobrevenham, mas será sempre livre de agir ou não agir. (...)

A fatalidade, como vulgarmente é entendida, supõe a decisão prévia e irrevogável de todos os sucessos da vida, qualquer que seja a importância deles. Se tal fosse a ordem das coisas, o homem seria qual máquina sem vontade. De que lhe serviria a inteligência, desde que houvesse de estar invariavelmente dominado, em todos os seus atos, pela força do destino? Semelhante doutrina, se verdadeira, conteria a destruição de toda liberdade moral. (...)

Contudo, a fatalidade não é uma palavra vã. Existe na posição que o homem ocupa na Terra e nas funções que aí desempenha, em consequência do gênero de vida que seu Espírito escolheu como prova, expiação ou missão. Ele sofre fatalmente todas as vicissitudes dessa existência e todas as tendências boas ou más, que lhe são inerentes. Aí, porém, acaba a fatalidade, pois da sua vontade depende ceder ou não a essas tendências. Os pormenores dos

acontecimentos, esses ficam subordinados às circunstâncias que ele próprio cria pelos seus atos, sendo que nessas circunstâncias podem os Espíritos influir pelos pensamentos que sugiram. (...)

Há fatalidade, portanto, nos acontecimentos que se apresentam, por serem estes consequência da escolha que o Espírito fez da sua existência de homem. (...) Nunca há fatalidade nos atos da vida moral. (...) (02)

* * *

FONTES DE CONSULTA

- 01 - KARDEC, Allan. In: —. **O Livro dos Espíritos** Trad. de Guillon Ribeiro. 73. ed. Rio [Janeiro]: FEB, 1993. Perg. 851.
- 02 - Perg. 872.
- 03 - ADMT. **Dicionário de Doutrina Espírita** 1. ed. Rio [Janeiro]: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, Ltda., s./d. Págs. 77-78.
- 04 - DENIS. Léon. O livre-arbítrio. In:_. **O Problema do Ser, do Destino e da Dor** 12. ed. Rio [Janeiro]: FEB, 1983. Parte 3 Pág. 345.
- 05 - FROST JR., S.E. Destino versus livre-arbítrio. In:_. **Ensinamentos Básicos dos Grandes Filósofos** Trad. de Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Editora Cultrix, s.Id. Págs. 137-138.
- 06 - Págs. 139-140.
- 07 - Pág. 142.
- 08 - Pág. 145.
- 09 - Pág. 148.
- 10 - Pág. 149.
- 11 - PERALVA Martins. Espiritismo e livre-arbítrio. In:_. **O Pensamento de Emmanuel** 2. ed. Rio [Janeiro]: FEB, 1978. Pág. 202